



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. José Grilo – nº 152 – Centro - Cep 29.370-000

Telefone: 028-3547-1310 e 3547-1201

DEMONSTRATIVO PATRONAL DA DESPESA LIQUIDADA E EFETIVAMENTE RECOLHIDA NO EXERCÍCIO

IDENTIFICAÇÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
EXERCÍCIO: 2024

DEMONSTRATIVO PATRONAL MENSAL DA DESPESA LIQUIDADA E EFETIVAMENTE RECOLHIDA NO EXERCÍCIO

MESES	RPPS				MESES	RGPS			
	Alíquota %	LIQUIDADO	PAGO	Saldo a pagar em 31/12		Alíquota %	LIQUIDADO	PAGO	Saldo a pagar em 31/12
JANEIRO	0%	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	JANEIRO	8%	R\$ 7.160,61	R\$ 7.160,61	R\$0,00
FEVEREIRO	0%	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	FEVEREIRO	8%	R\$ 7.216,22	R\$ 7.216,22	R\$0,00
MARÇO	0%	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	MARÇO	8%	R\$ 7.543,14	R\$ 7.543,14	R\$0,00
ABRIL	0%	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	ABRIL	8%	R\$ 7.543,14	R\$ 7.543,14	R\$0,00
MAIO	0%	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	MAIO	8%	R\$ 7.543,14	R\$ 7.543,14	R\$0,00
JUNHO	0%	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	JUNHO	8%	R\$ 7.543,14	R\$ 7.543,14	R\$0,00
JULHO	0%	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	JULHO	8%	R\$ 7.543,14	R\$ 7.543,14	R\$0,00
AGOSTO	0%	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	AGOSTO	8%	R\$ 7.536,71	R\$ 7.536,71	R\$0,00
SETEMBRO	0%	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	SETEMBRO	8%	R\$ 7.541,56	R\$ 7.541,56	R\$0,00
OUTUBRO	0%	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	OUTUBRO	8%	R\$ 7.539,97	R\$ 7.539,97	R\$0,00
NOVEMBRO	0%	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	NOVEMBRO	8%	R\$ 7.543,14	R\$ 7.543,14	R\$0,00
DEZEMBRO	0%	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	DEZEMBRO	8%	R\$ 8.458,39	R\$ 8.458,39	R\$0,00
13º SALÁRIO	0%	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	13º SALÁRIO	8%	R\$ 3.035,32	R\$ 3.035,32	R\$0,00
TOTAL		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	TOTAL		R\$ 93.747,62	R\$ 93.747,62	R\$ 0,00

Nota: Em janeiro de 2024, foi homologada a Prestação de Contas da Folha (PCF) com o Valor Total da Contribuição Patronal Devida ao RGPS, exceto 13º, no montante de R\$ 16.708,05, correspondente a 20% sobre a folha de pagamento. No entanto, foi liquidado e pago o valor de R\$ 7.160,61, equivalente a 8% sobre a folha, conforme a legislação vigente à época. Este erro decorreu de um equívoco no cadastro do sistema de Recursos Humanos, que gerou um arquivo referente a 20% de Contribuição Previdenciária Patronal, o qual foi corrigido posteriormente.

Em abril, a PCF foi novamente homologada com o Valor Total da Contribuição Patronal Devida ao RGPS, exceto 13º, no valor de R\$ 17.600,61, referente a 20% da folha. Este valor foi liquidado e pago, e subsequentemente, ocorreu uma alteração na legislação sobre a desoneração da folha de pagamento, que modificou a alíquota. Em razão disso, a Câmara Municipal retificou a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários (DCTFWeb) e solicitou a compensação dos valores pagos a maior nos meses subsequentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. José Grilo – nº 152 – Centro - Cep 29.370-000
Telefone: 028-3547-1310 e 3547-1201

Humberto Antonio da Rocha
Presidente da Câmara Municipal

Joel Gomes de Aguiar
Contador
CRC ES 019986/O-9

MINISTERIO DA ECONOMIA	
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários - DCTFWeb	
CNPJ/CPF	31.726.581/0001-77
Nome	CAMARA MUNICIPAL DE CONCEICAO DO CASTELO
Período de apuração	01/2024
Declaração Retificadora	Não
Identificação da apuração de débitos	24066999722 / eSocial 63864934 / Reinf CP

Totalização dos tributos apurados no período		
Tributos	Débitos Apurados	Saldo a Pagar
Contribuição Previdenciária Segurados	R\$ 7.470,79	R\$ 7.470,79
Contribuição Previdenciária Patronal	R\$ 7.160,61	R\$ 7.160,61
Contribuição para Outras Entidades e Fundos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IRRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
COFINS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CSRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
COSIRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 14.631,40	R\$ 14.631,40

O presente Recibo de Entrega da DCTFWeb contém a transcrição da Ficha Resumo da referida declaração, que constitui confissão de dívida, de forma irrevogável, dos tributos declarados. Fica o declarante ciente de que os tributos declarados na DCTFWeb e não pagos serão enviados para inscrição em Dívida Ativa da União, conforme o disposto no parágrafo 2º do artigo 5º do Decreto-Lei nº 2.124, de 13 de junho de 1984, combinado com a Portaria MF nº 118, de 28 de junho de 1984, estando o declarante sujeito ainda a:

1. Sobre os tributos não pagos ou não recolhidos nos prazos legais incidirão multa e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o art. 35 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

2. Inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), impedindo operações de crédito com recursos públicos, a concessão de incentivos fiscais e financeiros e a celebração de convênios e similares que envolvam desembolso de recursos públicos e respectivos aditamentos (Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002);

3. Encaminhamento ao Ministério Público Federal de Representação Fiscal para Fins Penais nos casos que, em tese, tenha ocorrido crime contra a ordem tributária ou contra a previdência social, por deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou a contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos (Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 e Código Penal).

o caso de falta de apresentação ou de apresentação de declaração com incorreções ou omissões, o contribuinte ficará sujeito às sanções previstas no artigo 32-A da Lei nº 8.212, de 1991, e no art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002.

Não surtirão efeitos as retificações de informações prestadas na DCTFWeb que pretendam excluir ou reduzir débitos:

- enviados para inscrição em Dívida Ativa da União, sejam eles saldos a pagar ou valores apurados em procedimento de auditoria interna;
- incluídos em parcelamento deferido;
- que tenham sido objeto de declaração de compensação não passível de retificação ou cancelamento.

Não surtirão efeitos as retificações de débitos de tributos em relação aos quais o sujeito passivo tenha sido objeto de procedimento fiscal e/ou nos casos em que a apresentação da declaração ocorra após o prazo decadencial.

Dados do Representante da Pessoa Jurídica

Nome	ROBERTO PESSIN DESTEFFANI
CPF	910.484.867-53
Telefone	-

Recibo de Entrega da DCTFWeb

DCTFWeb recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em	06/02/2024 08:24:42
Nº do recibo de entrega	0000050000203347202
Esta DCTFWeb foi assinada com o certificado digital de NI:	31.726.581/0001-77

MINISTERIO DA ECONOMIA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários - DCTFWeb

CNPJ/CPF	31.726.581/0001-77
Nome	CAMARA MUNICIPAL DE CONCEICAO DO CASTELO
Período de apuração	04/2024
Declaração Retificadora	Não
Identificação da apuração de débitos	72264004 / Reinf CP 72264077 / Reinf RET 25606901673 / eSocial

Totalização dos tributos apurados no período		
Tributos	Débitos Apurados	Saldo a Pagar
Contribuição Previdenciária Segurados	R\$ 8.029,46	R\$ 8.029,46
Contribuição Previdenciária Patronal	R\$ 17.600,68	R\$ 17.600,68
Contribuição para Outras Entidades e Fundos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IRRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
COFINS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CSRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
COSIRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 25.630,14	R\$ 25.630,14

O presente Recibo de Entrega da DCTFWeb contém a transcrição da Ficha Resumo da referida declaração, que constitui confissão de dívida, de forma irretratável, dos tributos declarados. Fica o declarante ciente de que os tributos declarados na DCTFWeb e não pagos serão enviados para inscrição em Dívida Ativa da União, conforme o disposto no parágrafo 2º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 2.124, de 13 de junho de 1984, combinado com a Portaria MF nº 118, de 28 de junho de 1984, estando o declarante sujeito ainda a:

- 1) Sobre os tributos não pagos ou não recolhidos nos prazos legais incidirão multa e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o art. 35 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- 2) inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), impedindo operações de crédito com recursos públicos, a concessão de incentivos fiscais e financeiros e a celebração de convênios e similares que envolvam desembolso de recursos públicos e respectivos aditamentos (Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002);
- 3) encaminhamento ao Ministério Público Federal de Representação Fiscal para Fins Penais nos casos que, em tese, tenham corrido crime contra a ordem tributária ou contra a previdência social, por deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo e contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos (Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 e Código Penal).

No caso de falta de apresentação ou de apresentação de declaração com incorreções ou omissões, o contribuinte ficará sujeito às sanções previstas no artigo 32-A da Lei nº 8.212, de 1991, e no art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002.

Não surtirão efeitos as retificações de informações prestadas na DCTFWeb que pretendam excluir ou reduzir débitos:

- enviados para inscrição em Dívida Ativa da União, sejam eles saldos a pagar ou valores apurados em procedimento de auditoria interna;
- incluídos em parcelamento deferido;
- que tenham sido objeto de declaração de compensação não passível de retificação ou cancelamento.

Não surtirão efeitos as retificações de débitos de tributos em relação aos quais o sujeito passivo tenha sido objeto de procedimento fiscal e/ou nos casos em que a apresentação da declaração ocorra após o prazo decadencial.

Dados do Representante da Pessoa Jurídica

Nome	ROBERTO PESSIN DESTEFFANI
CPF	910.484.867-53
Telefone	-

Recibo de Entrega da DCTFWeb

DCTFWeb recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em	06/05/2024 12:40:33
Nº do recibo de entrega	0000050000228096310
DCTFWeb transmitida com assinatura de certificado digital por	31.726.581/0001-77

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários - DCTFWeb

CNPJ/CPF	31.726.581/0001-77
Nome	CAMARA MUNICIPAL DE CONCEICAO DO CASTELO
Período de apuração	04/2024
Declaração Retificadora	Sim
Identificação da apuração de débitos	72264004 / Reinf CP 72264077 / Reinf RET 26031587809 / eSocial

Totalização dos tributos apurados no período		
Tributos	Débitos Apurados	Saldo a Pagar
Contribuição Previdenciária Segurados	R\$ 8.029,46	R\$ 8.029,46
Contribuição Previdenciária Patronal	R\$ 7.543,14	R\$ 7.543,14
Contribuição para Outras Entidades e Fundos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IRRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
COFINS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CSRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
COSIRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 15.572,60	R\$ 15.572,60

O presente Recibo de Entrega da DCTFWeb contém a transcrição da Ficha Resumo da referida declaração, que constitui confissão de dívida, de forma irretratável, dos tributos declarados. Fica o declarante ciente de que os tributos declarados na DCTFWeb e não pagos serão enviados para inscrição em Dívida Ativa da União, conforme o disposto no parágrafo 2º do artigo 5º do Decreto-Lei nº 2.124, de 13 de junho de 1984, combinado com a Portaria MF nº 118, de 28 de junho de 1984, estando o declarante sujeito ainda a:

- 1) Sobre os tributos não pagos ou não recolhidos nos prazos legais incidirão multa e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o art. 35 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- 2) inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), impedindo operações de crédito com recursos públicos, a concessão de incentivos fiscais e financeiros e a celebração de convênios e similares que envolvam desembolso de recursos públicos e respectivos aditamentos (Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002);
- 3) encaminhamento ao Ministério Público Federal de Representação Fiscal para Fins Penais nos casos que, em tese, tenha ocorrido crime contra a ordem tributária ou contra a previdência social, por deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos (Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 e Código Penal).

No caso de falta de apresentação ou de apresentação de declaração com incorreções ou omissões, o contribuinte ficará sujeito às multas previstas no artigo 32-A da Lei nº 8.212, de 1991, e no art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002.

Não surtirão efeitos as retificações de informações prestadas na DCTFWeb que pretendam excluir ou reduzir débitos:

- enviados para inscrição em Dívida Ativa da União, sejam eles saldos a pagar ou valores apurados em procedimento de auditoria interna;
- incluídos em parcelamento deferido;
- que tenham sido objeto de declaração de compensação não passível de retificação ou cancelamento.

Também não surtirão efeitos as retificações de débitos de tributos em relação aos quais o sujeito passivo tenha sido objeto de procedimento fiscal e/ou nos casos em que a apresentação da declaração ocorra após o prazo decadencial.

Dados do Representante da Pessoa Jurídica

Nome	ROBERTO PESSIN DESTEFFANI
CPF	910.484.867-53
Telefone	-

Recibo de Entrega da DCTFWeb

DCTFWeb recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em	27/05/2024 11:40:39
Nº do recibo de entrega	0000050000233850414
DCTFWeb transmitida com assinatura de certificado digital por	31.726.581/0001-77

PER/DCOMP WEB

DADOS DO DECLARANTE

CNPJ: 31.726.581/0001-77
Nome Empresarial: CAMARA MUNICIPAL DE CONCEICAO DO CASTELO

DADOS DA DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO

Tipo de Documento: Original
Data de Transmissão: 04/06/2024
Número de Controle: 17.85.71.15.10
Número da Declaração: 17857.11510.040624.1.3.24-0709

DADOS DO CRÉDITO

Tipo de Crédito: Pagamento Indevido ou a Maior - eSocial
Oriundo de Ação Judicial: Não
Crédito de Sucrida: Não
Número do Documento de Arrecadação: 07.16.24127.4162809-0
Data de Arrecadação: 07/05/2024
Valor Utilizado nesta Declaração de Compensação: 10.057,44

DADOS DOS DÉBITOS COMPENSADOS *

	VALOR
CP PATRONAL	7.543,14
CP SEGURADOS	2.614,87

* inclusive multa de mora e juros, quando informados.

Fica o contribuinte cientificado de que a Declaração de Compensação apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos débitos indevidamente compensados, nos termos do §6º do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996.

DADOS DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Nome: ROBERTO PESSIN DESTEFFANI
CPF: 910.484.867-53
Telefone: (28)3547-1310
Celular:
Correio Eletrônico: contabilidade@cmcc.es.gov.br

Documento recebido via
Internet pelo Agente
Receptor SERPRO
em 04/06/2024 às 12:39:03
2320849561

Versão: 8.20

17.85.71.15.10

O contribuinte pode acompanhar o processamento deste PER/DCOMP no e-CAC, no sítio da Receita Federal, no endereço receita.economia.gov.br, na opção Restituição e Compensação, item Consulta Processamento PER/DCOMP.



CNPJ 31.726.581/0001-77 17857.11510.040624.1.3.24-0709

DADOS INICIAIS

Nome Empresarial	CAMARA MUNICIPAL DE CONCEICAO DO CASTELO
Data de Criação	04/06/2024
Data de Transmissão	04/06/2024
Tipo de Documento	Declaração de Compensação
Tipo de Crédito	Pagamento Indevido ou a Maior - eSocial
PER/DCOMP Retificador	Não
Crédito Oriundo de Ação Judicial	Não
Qualificação do Contribuinte	Órgão Público, Autarquia e Fundação Pública
Pessoa Jurídica Extinta por Liquidação Voluntária	Não

Não é permitido indicar crédito que tiver por fundamento a alegação de inconstitucionalidade de lei, exceto nos casos em que a lei:

- 1) Tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade ou em ação declaratória de constitucionalidade;
- 2) Tenha tido sua execução suspensa pelo Senado Federal;
- 3) Tenha sido julgada inconstitucional em sentença judicial transitada em julgado a favor do contribuinte; ou
- 4) Seja objeto de súmula vinculante aprovada pelo Supremo Tribunal Federal nos termos do art. 103-A da Constituição Federal.

O crédito que você deseja identificar tem por fundamento a alegação de inconstitucionalidade de lei que não esteja contemplada nas exceções acima apontadas?

Não



PEDIDO DE RESTITUIÇÃO, RESSARCIMENTO OU REEMBOLSO E DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO

PERDCOMP 8.2

CNPJ 31.726.581/0001-77

17857.11510.040624.1.3.24-0709

DADOS DO RESPONSÁVEL DA PESSOA JURÍDICA

Dados do Responsável da Pessoa Jurídica Perante a RFB

Nome	ROBERTO PESSIN DESTEFFANI
CPF	910.484.867-53
Telefone Fixo	(28) 35471310
Endereço Eletrônico	contabilidade@cmcc.es.gov.br

Dados do Responsável pelo Preenchimento

Nome	HARYANE CHRISOSTOMO PIANISSOLLI
CPF	127.441.467-90
Telefone Fixo	(28) 35471310
Telefone Celular	(28) 999466058
Endereço Eletrônico	contabilidade@cmcc.es.gov.br



PEDIDO DE RESTITUIÇÃO, RESSARCIMENTO OU REEMBOLSO E DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO PERDCOMP 8.2

CNPJ 31.726.581/0001-77 17857.11510.040624.1.3.24-0709

CRÉDITO PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR eSOCIAL

Informado em Processo Administrativo Anterior	Não
Informado em Outro PER/DCOMP	Não
Crédito de Sucrida	Não
Número do Documento de Arrecadação	07.16.24127.4162809-0
CNPJ do Pagamento	31.726.581/0001-77
Data de Arrecadação	07/05/2024
Selic Acumulada	1,00%
Valor Original do Crédito Inicial	10.057,50
Crédito Original na Data de Entrega	10.057,44
Crédito Atualizado	10.158,01
otal dos Débitos deste Documento	10.158,01
Total do Crédito Original Utilizado neste Documento	10.057,44
Saldo do Crédito Original	0,00

ORIGEM DO CRÉDITO

1. Período de Apuração	01/04/2024
Código da Receita	1138-01
Valor do Principal	16.762,56
Valor da Multa	0,00
Valor dos Juros	0,00
Valor Total	16.762,56
Valor Original do Crédito	10.057,50



PEDIDO DE RESTITUIÇÃO, RESSARCIMENTO OU REEMBOLSO E DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO		PERDCOMP 8.2
CNPJ 31.726.581/0001-77	17857.11510.040624.1.3.24-0709	

001. Débito CP Patronal

CNPJ do Detentor do Débito	31.726.581/0001-77
Débito de Sucedida	Não
Grupo de Tributo	CP Patronal
Código da Receita/Denominação	1138-01 - CP PATRONAL - EMPREGADOS/AVULSOS
Débito Controlado em Processo	Não
Período de Apuração	Maio de 2024
Periodicidade	Mensal
Data de Vencimento do Tributo/Quota	20/06/2024
Número do Recibo de Transmissão DCTFWeb	050000235874069
Data de Transmissão DCTFWeb	04/06/2024
Categoria DCTFWeb	Geral
Indicativo de organismo estrangeiro DCTFWeb	Não
Periodicidade DCTFWeb	Mensal
Período Apuração DCTFWeb	05/2024
Principal	6.705,02
Multa	0,00
Juros	0,00
Total	6.705,02

002. Débito CP Patronal

CNPJ do Detentor do Débito	31.726.581/0001-77
Débito de Sucedida	Não
Grupo de Tributo	CP Patronal
Código da Receita/Denominação	1646-01 - CP PATRONAL - GILRAT AJUSTADO
Débito Controlado em Processo	Não
Período de Apuração	Maio de 2024
Periodicidade	Mensal
Data de Vencimento do Tributo/Quota	20/06/2024



PEDIDO DE RESTITUIÇÃO, RESSARCIMENTO OU REEMBOLSO E DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO

PERDCOMP 8.2

CNPJ 31.726.581/0001-77

17857.11510.040624.1.3.24-0709

Número do Recibo de Transmissão DCTFWeb	050000235874069
Data de Transmissão DCTFWeb	04/06/2024
Categoria DCTFWeb	Geral
Indicativo de organismo estrangeiro DCTFWeb	Não
Periodicidade DCTFWeb	Mensal
Período Apuração DCTFWeb	05/2024
Principal	838,12
Multa	0,00
Juros	0,00
Total	838,12

003. Débito CP Segurados

CNPJ do Detentor do Débito	31.726.581/0001-77
Débito de Sucédida	Não
Grupo de Tributo	CP Segurados
Código da Receita/Denominação	1082-01 - CP SEGURADOS - EMPREGADOS/AVULSOS
Débito Controlado em Processo	Não
Período de Apuração	Maio de 2024
Periodicidade	Mensal
Data de Vencimento do Tributo/Quota	20/06/2024
Número do Recibo de Transmissão DCTFWeb	050000235874069
Data de Transmissão DCTFWeb	04/06/2024
Categoria DCTFWeb	Geral
Indicativo de organismo estrangeiro DCTFWeb	Não
Periodicidade DCTFWeb	Mensal
Período Apuração DCTFWeb	05/2024
Principal	2.614,87
Multa	0,00
Juros	0,00
Total	2.614,87



PEDIDO DE RESTITUIÇÃO, RESSARCIMENTO OU REEMBOLSO E DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO

PERDCOMP 8.2

CNPJ 31.726.581/0001-77

17857.11510.040624.1.3.24-0709

TOTAL

10.158,01